



1 ATA 208  
2 Aos cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, por videoconferência na sala  
3 web da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS, às treze horas  
4 e trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os  
5 Intérpretes de Libras cedidos pela ICOM: Vinicius Dea Silva e Aline Souza Alves. Com a  
6 participação dos conselheiros titulares e suplentes: Jane Marcia dos Santos (SAS), Letícia  
7 de Azambuja Rau (SAS), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Tatiana de Almeida Sada  
8 (FESPORTE), Daiana Zanelato dos Anjos (SED), Ana Aparecida Tessari (SED), Tiago Jun  
9 Sasaki (SIE), Jean Abílio Silva (SSP), Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Juliana Paula Buratto  
10 dos Santos Pereira (FCEE), Suzana Bock Albani (ASC), Michele Mesa Casa (ASC), Deisi  
11 Graciele Vessoleck (ASC), Paulo Roberto Ferronato (FCDX), Luiz Alberto Campos (ACBG),  
12 Alessandra Vieira (FEAMAs), Jairton Fabeni Domingos (ADVIR), Bruna Cristina Gomes de  
13 Araujo Daniel (Comped Blumenau), Lucimara Zaluski Galinski Pavesi (ADVB), Sidnei  
14 Pavesi (Comdef Brusque), Jairo da Silva (ACIC), Elias do Nascimento Junior (ADEVOSC),  
15 Angelita Crespo Nunes (AAD), Maria Jovelina Coelho Machado (Assidamf). 1- Abertura /  
16 apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Presidente Paulo  
17 Suldóvski se manifesta com as boas-vindas a todas as Conselheiras e Conselheiros e  
18 Intérpretes de Libras e solicita ao Secretário Alexandre a chamada dos Conselheiros e  
19 levantamento do quórum, registrando os conselheiros presentes e as ausências  
20 justificadas. Após a chamada e verificação de quórum, foi informado que não houve  
21 nenhuma justificativa de ausência e o Secretário Alexandre relata que as justificativas  
22 devem ser feitas no e-mail do Conede até o meio-dia do dia da reunião ordinária para ser  
23 aprovado em plenária e constar em ata. 2- Leitura e aprovação da pauta. O Secretário  
24 Alexandre leu a pauta da reunião na qual foram incluídas as pautas: Paulo Roberto  
25 Ferronato solicitou a inclusão na pauta do relato da Comissão de Acessibilidade, pedindo  
26 para adiantá-lo, pois tinha um compromisso no Teatro Pedro Ivo às 16h. O Presidente Paulo  
27 Suldovski concordou com a inclusão e o adiantamento do relato para ser apresentado logo  
28 após a aprovação da pauta. Acessibilidade no Floripa Shopping e Segregação Escolar: O  
29 Conselheiro Jairo da Silva solicitou a inclusão de um item sobre a falta de acessibilidade no  
30 Floripa Shopping. O Conselheiro Elias do Nascimento Junior solicitou a inclusão de um  
31 tópico sobre a segregação de alunos em Chapecó, detalhando que a Secretaria de  
32 Educação estava criando uma "sala integrativa" para agrupar todos os alunos com  
33 deficiência, separando-os da sala regular. Equiparação de Doenças a Deficiências: O  
34 Presidente Paulo Suldóvski solicitou a inclusão de um item para resgatar documentos sobre  
35 a transformação de doenças em deficiência através de projetos de lei, citando a postagem  
36 de um deputado que sugeria equiparar a diabetes à deficiência. O tema foi resumido como  
37 "deficiência versus doença". Com as inclusões, a pauta foi considerada aprovada. 3-  
38 Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. O Secretário Alexandre informa  
39 que não houve justificativas de ausência pelos Conselheiros. 4- Aprovação da Ata 207. A  
40 ata da reunião 207 foi aprovada por não haver alteração ou ressalva dos conselheiros.  
41 5- Deliberação das comissões. O Conselheiro Paulo Roberto Ferronato iniciou o relato da  
42 Comissão de Acessibilidade sobre uma denúncia recebida em fevereiro a respeito da falta  
43 de acessibilidade nos passeios públicos do município de Palhoça. As imagens  
44 apresentadas pelo conselheiro mostraram veículos estacionados em cima de passeios e  
45 pisos podotáteis, obstruindo a passagem, além da existência de degraus em faixas de  
46 pedestres e falta de rebaixamento de meio-fio. O Conselheiro Paulo Roberto Ferronato  
47 ressaltou que a situação é recorrente e não exclusiva de Palhoça, sugerindo que o  
48 CONEDE deve fazer encaminhamentos de fiscalização. A comissão propôs notificar o  
49 Ministério Público (MP) sobre os acontecimentos em Palhoça, acionar a prefeitura com as



50 fotos e enviar um ofício pedindo manifestação, além de realizar uma visita presencial à  
51 prefeitura. A conselheira Angelita Nunes, moradora de Palhoça, confirmou a visibilidade  
52 dos problemas de acessibilidade e se ofereceu para enviar mais fotos, incluindo as do  
53 passeio Pedra Branca. O Conselheiro Jairton Fabeni sugeriu enviar o expediente para o  
54 Ministério Público de Palhoça e também para o Ministério Público Estadual, e Paulo Roberto  
55 Ferronato recomendou que o expediente ao MP fosse enquadrado como "notícia de fato"  
56 para possibilitar a abertura de um inquérito investigativo. O Secretário Alexandre destacou  
57 a dificuldade em agendar reuniões com o conselho municipal de Palhoça e solicitou a ajuda  
58 de Angelita Nunes para agendar uma reunião e se disponibilizou para ir até o município, e  
59 a plenária concordou com os encaminhamentos propostos. O Conselheiro Paulo Roberto  
60 Ferronato fala sobre o Questionário e diagnóstico estadual, na qual agradeceu aos  
61 membros da Comissão de Acessibilidade e destacou que o trabalho se concentraria em  
62 diagnósticos, não apenas em leis. Eles estão no processo de lançar um questionário para  
63 entidades e associações de pessoas com deficiência para mapear as condições de  
64 acessibilidade no estado de Santa Catarina, buscando obter dados e números para  
65 embasar futuras estratégias. O questionário tem um prazo de 60 dias para resposta, e o  
66 conselheiro pediu apoio para sua disseminação, enfatizando que é preciso criar demanda  
67 para a acessibilidade. Foi levantada a necessidade de verificar uma pendência técnica no  
68 questionário online, onde o envio não estaria sendo permitido por questões de autorização  
69 no Google Forms, e o Secretário Alexandre se comprometeu a fazer os ajustes. A  
70 Conselheira Daiana Zanelato dos Anjos sugeriu que, numa próxima etapa, a investigação  
71 se voltasse para a "barreira atitudinal" (capacitismo) e não apenas nas barreiras  
72 perceptíveis, o que o Conselheiro Paulo Roberto Ferronato concordou que deveria ser um  
73 foco futuro, mas de forma escalonada. O Presidente Paulo Suldovski agradeceu o  
74 Conselheiro Paulo Roberto Ferronato e à comissão pelo trabalho realizado. O Secretário  
75 Alexandre confirmou que o encaminhamento seria enviar um ofício para o prefeito municipal  
76 e para o Ministério Público (MP) da Comarca de Palhoça, anexando as imagens e  
77 solicitando a instauração de uma "notícia de fato". 6- Trabalho remoto/tele trabalho para  
78 Servidor Público Estadual com Deficiência. O Secretário Alexandre leu um e-mail formal de  
79 uma servidora com deficiência, sem citar o nome ou local de trabalho dela, que  
80 argumentava pela regulamentação do teletrabalho como um instrumento de adaptação  
81 razoável. O relato citava uma condição crônica e degenerativa que limita a mobilidade e  
82 tolerância à dor, levando a 240 dias de afastamento em 2024. Sugestões de Ação para o  
83 Teletrabalho: O e-mail da servidora com deficiência sugeriu que o CONEDE reconhecesse  
84 oficialmente o teletrabalho como medida de acessibilidade com indicação médica e  
85 solicitasse ao governo estadual a elaboração urgente de uma normativa específica com  
86 critérios, fluxos e segurança jurídica. O CONEDE também deveria acompanhar a  
87 regulamentação como órgão de controle social. O Conselheiro Paulo Roberto Ferronato  
88 mencionou que existe uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça, embora no  
89 judiciário, que dá preferência ao teletrabalho para pessoas com deficiência. Ele alertou que  
90 a concessão deve beneficiar quem realmente precisa e ser analisada em um contexto mais  
91 amplo, considerando o risco de segregação e o combate à falta de acessibilidade em  
92 transporte público ou ambiente de trabalho. A conselheira Michele Casa (interpretada por  
93 Aline Alves Intérprete de Libras) compartilhou a experiência própria de estar em trabalho  
94 remoto como professora bilíngue. Ela observou que a modalidade remota reduziu despesas  
95 de deslocamento, mas também destacou que muitos locais que oferecem trabalho remoto  
96 não têm acessibilidade adequada, como a ausência de intérpretes para pessoas surdas. A  
97 Conselheira Michele Casa expressou apoio ao movimento por trabalho remoto, desde que  
98 adaptado e feito de forma correta. A conselheira Jovelina Machado expressou



99 preocupação com as Pessoas com Deficiência que não têm condições de ir ao trabalho ou  
100 que não podem trabalhar e dependem de familiares ou outros meios para viver. Elas alertam  
101 que o conselho, sendo um órgão de direitos das Pessoas com Deficiência, não pode  
102 negligenciar a situação dessas pessoas e solicitam que olhem por elas. A conselheira  
103 Michele levantou a questão da falta de adaptação e acessibilidade nas divulgações de  
104 oportunidades de trabalho, mesmo em redes sociais profissionais como o LinkedIn. Ela  
105 ressaltou a necessidade de verificar a ausência de acessibilidade nas vagas divulgadas.  
106 Foi sugerido que o CONEDE solicitasse ao governo do estado a elaboração de uma  
107 normativa específica sobre o trabalho para Pessoas com Deficiência. O CONEDE também  
108 pode acompanhar essa regulamentação como órgão de controle social, garantindo o  
109 avanço do Estado na responsabilidade institucional com a inclusão. O presidente Paulo  
110 Suldovski sugeriu que todas as ações fossem feitas por meio de recomendação. Foi  
111 sugerido o envio de uma recomendação em forma de ofício à Secretaria de Administração  
112 para que se atentasse às necessidades das Pessoas com Deficiência. A conselheira Jane  
113 Guesser sugeriu que o ofício fosse direcionado também à Diretoria de Gestão de Pessoas  
114 da SEA. O encaminhamento dessa recomendação em forma de ofício para a SEA foi  
115 aprovado. 6- Formação da comissão do Fórum da Soc.Civil – biênio 2026/2028. O  
116 Presidente Paulo Suldovski fala da formação da comissão para o Fórum da Sociedade Civil,  
117 responsável pela eleição dos membros para o próximo biênio do CONEDE. Foi esclarecido  
118 que os conselheiros da sociedade civil que desejarem se candidatar para o próximo  
119 mandato não podem ou não devem participar desta comissão eleitoral. O regimento interno  
120 exige um mínimo de três conselheiros para formar a comissão, sendo o ideal uma  
121 composição paritária, com dois membros do governo e dois da sociedade civil. Foi  
122 reforçada a importância de que os conselheiros que integram a comissão não possam ou  
123 não queiram continuar no CONEDE no próximo biênio 2026/2028. O conselheiro Jairton  
124 Fabeni Domingos se candidatou para a comissão, pois não continuará no próximo biênio.  
125 Foi esclarecido que as reuniões da comissão e o próprio fórum de votação têm sido  
126 realizados de forma online para facilitar a participação. A conselheira Tatiana Sada, sendo  
127 uma conselheira governamental, manifestou interesse em se inscrever. Foi confirmado que  
128 não há impedimento no regimento para que conselheiros governamentais participem, já  
129 que eles são indicados e não eleitos, embora não tenham direito a voto no processo  
130 eleitoral. A conselheira Letícia, da secretaria de assistência, também se candidatou. O  
131 conselheiro Jairton Fabeni Domingos expressou a preocupação de que a eleição é da  
132 sociedade civil, e que apenas ele da sociedade civil estaria se candidatando, argumentando  
133 que a sociedade civil deveria se envolver mais. Outros conselheiros da sociedade civil  
134 expressaram a dificuldade de participar da comissão, pois isso os impediria de se  
135 candidatar à reeleição. A comissão eleitoral foi formada com os seguintes membros: Jairton  
136 Fabeni Domingos, Tatiana Sada, Letícia de Azambuja Raul, e Daiana Zanelato dos Anjos.  
137 Foi decidido que quatro integrantes seriam suficientes, pois os editais anteriores servirão  
138 como base, necessitando apenas de pequenas alterações e adaptações ao momento atual  
139 para realizar o edital. 7- Devolutiva do Presidente do CONEDE sobre a posse e os trabalhos  
140 realizados no CONADE. O presidente Paulo Suldovski relatou sua posse e a segunda  
141 reunião plenária no CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência).  
142 Entre os temas discutidos no CONADE estavam a avaliação biopsicossocial e o Plano  
143 Nacional Viver sem Limite. Santa Catarina ficou responsável pela coordenação da  
144 Comissão de Acompanhamento dos Conselhos (CAC). Outras pautas mencionadas no  
145 CONADE incluíram a acessibilidade nas eleições, discussões sobre cotas, o Fundo da  
146 Pessoa com Deficiência, e o Passe Livre, sobre o qual ficou pendente a emissão de uma  
147 carta aberta. A suplente, conselheira Ariani do Estado de São Paulo, irá representar os



148 conselhos estaduais na reunião extraordinária de março, que coincidirá com o Encontro  
149 Nacional de Mulheres. 8- Relatório anual das Atividades do CONEDE – Ano 2025. Foi  
150 mencionado que o relatório anual do CONEDE sobre as atividades realizadas no ano  
151 anterior foi encaminhado aos conselheiros. Como não houve manifestação contrária, o  
152 relatório de 2025 foi considerado aprovado, conforme previsto no regimento interno e na lei  
153 do CONEDE. 9- Inclusão escolar no ensino superior. A conselheira Angelita Nunes relatou  
154 a dificuldade de inclusão de seu filho no ensino superior no IFSC bilíngue da Palhoça, onde  
155 ele foi colocado em sala regular sem o apoio adequado inicialmente. A instituição contratou  
156 cinco profissionais de apoio para 95 estudantes com laudo de alguma Deficiência, mas a  
157 situação continua complicada, inclusive com a entrada de um aluno cego, para o qual a  
158 instituição não estava preparada. Foi observado que o problema da inclusão no ensino  
159 superior se agrava, pois, as vagas por cotas estão abertas, mas falta apoio e acessibilidade.  
160 A conselheira Daiana Zanelato dos Anjos sugeriu que, por se tratar de uma instituição  
161 federal, caberia fazer uma reclamação formal ao Ministério Público Federal (MPF). A  
162 conselheira Daiana destacou que a educação básica tem mais políticas de apoio, enquanto  
163 a federal está mais atrasada na acessibilidade pedagógica. Foi enfatizado que as cotas  
164 garantem a vaga, mas a falta de apoio causa evasão, e que a nova legislação de 2023  
165 sobre AEE e adaptações razoáveis precisa ser efetivada. A conselheira Michele criticou o  
166 uso de estagiários ou empresas terceirizadas sem qualificação, exigindo profissionais  
167 qualificados para as instituições de ensino superior. O conselheiro Jairo da Silva desabafou  
168 sobre a má qualidade da educação e o retrocesso na inclusão, mencionando a ineficácia  
169 do acionamento constante do Ministério Público. Foi aprovado o encaminhamento da  
170 situação da falta de inclusão no ensino superior ao Ministério Público Federal. A conselheira  
171 Daiana Zanelato dos Anjos se ofereceu para auxiliar na redação do documento, que será  
172 enviado aos locais devidos. 10- Falta de acessibilidade no Floripa Shopping. O conselheiro  
173 Jairo levantou a pauta sobre a falta de acessibilidade no Floripa Shopping, que  
174 anteriormente era acessível e hoje está "um lixo". Ele informou que a associação ACIC já  
175 contratou um escritório de advocacia e que uma ação civil pública pode ser proposta. O  
176 Conselheiro Jairo solicitou que o CONEDE expedisse uma carta de apoio ou notificasse o  
177 Ministério Público e enviasse uma cópia. O Presidente Paulo Suldovski solicitou que o  
178 assunto fosse analisado pela comissão de acessibilidade, juntamente com o conselheiro  
179 Paulo Ferronato, para deliberação na próxima plenária. A conselheira Susana Albani trouxe  
180 a questão dos surdos em Chapecó, muitos dos quais estão desempregados ou são  
181 remanejados para atividades que não exigem sua qualificação profissional, como limpeza.  
182 A conselheira Michele complementou, ressaltando que, mesmo com formação e pós-  
183 graduação, os surdos são desqualificados e direcionados a salários inferiores, o que  
184 configura discriminação. 11- Segregação de alunos na Educação no Município de Chapecó.  
185 O conselheiro Elias do Nascimento Junior denunciou a implantação, pela Secretaria de  
186 Educação de Chapecó, de um projeto chamado "salas integrativas". Este projeto consiste  
187 em tirar alunos com deficiência da sala regular para colocá-los em salas segregadas, sendo  
188 inicialmente opcional, mas com ameaça de remoção do segundo professor e do AEE para  
189 aqueles que recusassem. O conselheiro Elias informou que o conselho municipal de  
190 Chapecó está montando uma nota técnica de repúdio, pois o projeto não foi publicizado e  
191 não há base técnica conhecida. A política viola a obrigatoriedade da educação inclusiva e  
192 adaptações razoáveis. O Conselheiro Elias sugeriu que o CONEDE enviasse um ofício à  
193 Secretaria Municipal de Educação de Chapecó solicitando acesso ao projeto. Ele também  
194 solicitou que o CONEDE endossasse a nota técnica de repúdio do conselho municipal e  
195 levasse a pauta ao CONADE e ao Ministério da Educação para fiscalização. A conselheira  
196 Daiana Zanelato dos Anjos apoiou a criação da nota técnica, ressaltando a importância de



197 incluir a legislação que exige adaptações razoáveis e AEE. Ela mencionou que o projeto  
198 representa um retrocesso, similar ao decreto 10502 de 2020 (já revogado por  
199 inconstitucionalidade), e que a legislação federal deve ser usada como apoio. O  
200 Conselheiro Elias do Nascimento Junior apresentou um cálculo indicando uma perda de  
201 aproximadamente 1 ano e 9 meses de aula durante 9 anos, caso o aluno seja retirado da  
202 sala por 45 minutos diariamente, uma questão relacionada a uma política municipal de  
203 Chapecó. Eles elaboraram um documento robusto para contestar essa política, com o  
204 intuito principal de sua divulgação para evitar que outros municípios a adotem. Foi aprovado  
205 que o Conselheiro Elias do Nascimento Junior, com o auxílio das conselheiras Daiana  
206 Zanelato dos Anjos e Ana Tessari, encaminhe um rascunho do documento para o  
207 Secretário Alexandre para que este seja revisado e enviado à Secretaria de Educação de  
208 Chapecó. 12- Deficiência x Doença. O Presidente Paulo Suldovski levantou a questão  
209 recorrente da equiparação de doenças com deficiência, mencionando que há um projeto de  
210 lei em tramitação na Assembleia Legislativa que visa equiparar algumas doenças, como o  
211 diabetes, à deficiência. Eles afirmaram ser a favor de que qualquer pessoa com doença  
212 receba todos os atendimentos e direitos relacionados à saúde, mas questionaram a  
213 equiparação com deficiência, citando que a deficiência é o que a condição de saúde causa,  
214 como perda de visão ou de um membro, e não a doença em si, como glaucoma ou diabetes.  
215 Foi determinado que o Secretário Alexandre resgate os documentos e a audiência pública  
216 existentes sobre o tema "deficiência e doença" para encaminhá-los ao presidente da  
217 Assembleia Legislativa, sem a necessidade de produzir material novo. 13- Assuntos Gerais.  
218 O Secretário Alexandre informou sobre a reunião da comissão de acessibilidade, cujas  
219 atividades foram explanadas pelo coordenador Paulo Ferronato. Eles também anunciaram  
220 que em breve será criado o grupo da comissão do fórum para discutir datas e cronograma  
221 para o Fórum do biênio 2026-2028 do CONEDE. A Conselheira Bruna Araujo, secretária  
222 municipal da Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência de Blumenau, compartilhou  
223 que o município implementou o Blu Libras, uma versão personalizada do serviço ICOM, em  
224 16 de outubro de 2025. O serviço, que substituiu uma central de Libras anterior, garante  
225 autonomia à pessoa surda com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana,  
226 registrando 533 chamadas até 5 de março de 2026. O serviço foi ampliado para cobrir todos  
227 os serviços municipais e estaduais dentro do município, incluindo hospitais, escolas e  
228 delegacias, abrangendo mais de 700 estabelecimentos e permitindo que o intérprete de  
229 Libras entre em até 90 segundos para acessibilidade do surdo. O Secretário Alexandre  
230 parabenizou Blumenau pelo serviço de interpretação de Libras, mencionando que Balneário  
231 Camboriú também oferece esse tipo de serviço. Eles expressaram o desejo de que todos  
232 os municípios de Santa Catarina implementem um serviço semelhante, destacando que  
233 isso representa uma grande melhoria na qualidade de vida e acessibilidade para as  
234 pessoas surdas em diversos locais públicos. O Conselheiro Jairo da Silva perguntou se o  
235 CONEDE tem a prerrogativa de provocar o Ministério Público (MP) Estadual a respeito dos  
236 óculos Orcam MyEye, citando o investimento de muitos milhares de reais do primeiro setor  
237 em uma ferramenta que consideram ineficaz. O Presidente Paulo Suldovski sugeriu que o  
238 Conselheiro Jairo da Silva demandasse a comissão de acessibilidade ou trouxesse o  
239 assunto na próxima pauta para discussão, pois não era possível deliberar no momento  
240 devido à saída de participantes. O Conselheiro Jairo da Silva se comprometeu a enviar um  
241 ofício com uma sugestão de redação para a próxima reunião. 14- Encerramento: O  
242 Presidente Paulo Suldovski agradeceu a participação de todos, incluindo a interpretação, o  
243 Secretário Alexandre, a Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família e os  
244 espectadores do YouTube. Eles desejaram um bom trabalho e anunciaram que na próxima  
245 semana terão formações de conselhos, assessorias e visitas técnicas no sul do estado.



246 Assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de  
247 Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail e  
248 publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família:  
249 <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2026->  
250 conede. Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede  
251 SC: <https://www.youtube.com/@conedesc>. Florianópolis, 05 de março de 2026.

252